



Operação Tempus Veritatis

Ex-chefe do Exército endossa suspeita sobre o papel de Bolsonaro em trama

— General Freire Gomes relatou à PF ter participado de discussões no Planalto a respeito da ‘minuta do golpe’; em depoimento de 8 horas, ele corroborou pontos da delação de Mauro Cid

MARCELO GODOY
PEPITA ORTEGA
FAUSTO MACEDO

O depoimento do general Marco Antônio Freire Gomes à Polícia Federal reforçou as suspeitas sobre a participação do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) numa suposta tentativa de golpe de Estado sob investigação na Operação Tempus Veritatis. Em parte pelo relato que apresentou, mas também pelo peso que tem a palavra de um ex-comandante do Exército.

Ouvindo na sexta-feira passada durante oito horas, na sede da PF, em Brasília, Freire Gomes confirmou a existência de reuniões no Palácio do Planalto com o ex-presidente em que foram discutidos os detalhes da “minuta do golpe” — o objetivo seria anular o resultado das eleições de 2022 e evitar a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

“A condição de subordinados do presidente descaracteriza o crime (de omissão por parte de Freire Gomes). A questão hierárquica se impõe”
Walter Maierovitch
Desembargador aposentado

O general não é investigado, mas foi chamado a depor como testemunha em razão de mensagens que o ex-ajudante de ordens da Presidência, tenente-coronel Mauro Cid, lhe enviou citando o documento. São essas conversas que colocam Bolsonaro no centro de uma trama golpista, alvo de inquérito da PF.

DELAÇÃO. Freire Gomes corroborou informações prestadas por Cid em acordo de delação. O tenente-coronel atualizava o general sobre as discussões no Planalto. Às 15h30 do dia 9 de dezembro de 2022, ele relatou que o ex-presidente estava sendo pressionado “por vários atores a tomar medida mais radical”: as prisões dos ministros Alexandre de Moraes e Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), e do presidente do Senado, Rodrigo Pa-

checo (PSD-MG).

Cid afirmou, no entanto, que Bolsonaro permanecia “na linha do que foi discutido com os comandantes das Forças e com o ministro da Defesa (Paulo Sérgio Nogueira)”. “Hoje, ele mexeu naquele decreto, né. Ele reduziu bastante. Fez algo mais direto, objetivo e curto e limitado”, declarou Cid.

De acordo com a PF, as mensagens foram trocadas após uma reunião, no fim de novembro de 2022, em Brasília, de oficiais suspeitos de apoiar uma ruptura. Também com Cid — no computador do tenente-coronel — policiais apreenderam a gravação de uma reunião ministerial ocorrida em julho de 2022 e na qual Bolsonaro estimula seus auxiliares a agir para impedir a vitória “da esquerda” nas eleições daquele ano.

ATAQUES. Freire Gomes foi chamado para a reunião com Bolsonaro no Planalto juntamente com os demais comandantes das Forças: o almirante Almir Garnier Santos (Marinha) e o brigadeiro Carlos de Almeida Baptista Júnior (Aeronáutica). Conforme a delação de Cid, confirmada agora por Freire Gomes, o general e o ex-comandante da FAB se opuseram ao plano de golpe. Garnier foi o único que se pôs à disposição de Bolsonaro. A partir daí, Freire Gomes se tornou alvo do grupo palaciano.

Mensagens encontradas no celular do ex-major Ailton Barros — demitido do Exército por razões disciplinares — mostraram que, em dezembro de 2022, o ex-candidato a vice na chapa de Bolsonaro, general Walter Braga Netto, agiu contra Freire Gomes. Braga Netto escreveu que “a culpa pelo que está acontecendo e acontecerá é do general Freire Gomes”. “Omissão e indecisão não cabem a um combatente”, continuou o general. Barros respondeu: “Então vamos continuar na pressão e, se isso se confirmar, vamos oferecer a cabeça dele aos leões”. “Oferece a cabeça dele. Cagão”, determinou Braga Netto em seguida.

Freire Gomes se sentiu ainda mais atingido pela revelação das mensagens porque, na época, estava de luto pela morte da mãe, Maria Freire Gomes. O *Estado* apurou que o teor dos diálogos de Braga Net-



Paulo Sérgio Nogueira, Freire Gomes e Bolsonaro no Dia do Soldado

Para lembrar

General impediu retirada de acampamentos

● Acampamento

Uma semana antes dos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023, o então comandante do Exército, general Marco Antônio Freire Gomes, impediu a desmobilização do acampamento bolsonarista que foi formado na frente do Quartel-General do Exército, em Brasília. Radicais que atacaram as sedes dos três Poderes partiram do local

● Justificativa

A ordem para não desmobilizar o acampamento foi dada pelo general Freire Gomes no dia 29 de dezembro de 2022, às vésperas da posse do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva. O general justificou aos seus subordinados que, se

houvesse um tumulto, ninguém saberia qual seria a reação de Jair Bolsonaro, que estava prestes a deixar o Palácio do Planalto

● Comando Militar do Planalto

O então comandante militar do Planalto, general Gustavo Henrique Dutra de Menezes, tinha dado uma ordem para desmontar o acampamento e pediu um reforço para a Polícia Militar do Distrito Federal. Dutra não avisou Freire Gomes, pois acreditava que ele iria barrar a iniciativa

● ‘Maluco’

Quando soube da ação do subordinado, Freire Gomes telefonou para Dutra e o chamou-o de “maluco” e “irresponsável”. O então chefe do Exército ordenou que todos os agentes fossem retirados dali imediatamente

tringir os direitos individuais e coletivos ou colocar em risco a segurança pública”.

Freire Gomes disse que os acampamentos bolsonaristas não foram desfeitos por causa do ex-presidente. No dia 29 de dezembro, o comandante militar do Planalto, general Gustavo Henrique Dutra de Menezes, mandou desmontar as barracas em frente ao quartel-general do Exército, em Brasília. Não avisou Freire Gomes. Quando soube da ação do subordinado, ele telefonou para Dutra e o chamou de “maluco”. E cancelou a ordem.

O então comandante do Exército tinha receio de que Bolsonaro usasse o incidente para justificar uma ruptura. Ou nomear outro general para seu lugar, que decidisse levar adiante o plano do golpe. Seus colegas do Alto-Comando do Exército sabiam que Freire Gomes não estava entre os mais decididos apoiadores da ideia de se garantir a legalidade, mas confiavam que ele se manteria com a maioria. Onze dos 16 generais do Alto-Comando não admitiam a hipótese de uma ruptura institucional.

OMISSÃO. Os companheiros de Freire Gomes afirmam agora que, se ele entregasse Bolsonaro à Justiça ou denunciasse a tentativa de golpe, não teria como provar a trama e seria ele mesmo destituído. Mesmo assim, o general pode ser implicado por omissão, já que, ao saber do intento urdido no Planalto, teria o dever de procurar o Ministério Público.

Do ponto de vista legal, o desembargador aposentado Walter Maierovitch avaliou que não. “A condição de subordinados do presidente descaracteriza o crime. A questão hierárquica se impõe. Encaminhar ou não a notícia-crime suscita apenas um debate ético ou moral, mas não o legal.”

Até as vésperas de seu depoimento, bolsonaristas tinham a esperança de envolver o general Freire Gomes na investigação. O objetivo era se servir da figura institucional do ex-comandante da Força Terrestre para vender a imagem de que todo o Exército era alvo do inquérito da PF e, assim, poder contar com a solidariedade dos quartéis. ●

to foi considerado “abjeto” por antigos colegas do Alto-Comando do Exército. Em outras mensagens, Braga Netto orienta também ataques a Baptista Júnior e à família dele.

TROCA DE COMANDO. Em agosto de 2022, Freire Gomes pediu aos subordinados que os contatos com jornalistas, empresários e políticos ficassem restritos. Tentava afastar o Exército do ambiente polarizado da campanha eleitoral. Em novembro, se viu enredado no movimento nascido entre bolsonaristas que tinha o objetivo de emparedar Lula: passar o comando das Forças aos indica-

dos pela nova gestão ainda sob Bolsonaro, como forma de mostrar que ninguém prestaria continência ao petista.

No Planalto, acusavam o brigadeiro Baptista Junior, então comandante da Aeronáutica, de ter deixado vaziar a informação, o que fez fracassar o plano — apenas Freire se recusaria a comparecer à posse de seu sucessor, o almirante Marcos Olson. Houve, ainda, a carta dos comandantes das Forças, em 11 de novembro, na qual diziam condenar “restrições a direitos por parte de agentes públicos” e “excessos cometidos” em atos pelo País após as eleições que pudessem “res-